

# PUBLICIDADE LEGAL

**Paludo Participações S.A.** CNPJ/RF nº 93.169.340/0001-21 - NIRE 43 3 0003125 0

**Assembleia Geral Extraordinária - Convocação.** Convocamos os acionistas da Paludo Participações S.A., para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará às 9h do dia 22 de março de 2023, na sede da Companhia, situada na Av. Severo Dullius nº 1.395, 9º andar, Bairro São João, Cep: 90.200-310, na cidade de Porto Alegre, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia, a saber: Deliberar sobre: (a) análise e aprovação do Protocolo e Justificação de Incorporação da Vipar Participações Ltda. ("Vipar"), pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Severo Dullius, nº 1.395, Sala 903, 9º Andar, bairro Anchieta, CEP 90200-310, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.779.422/0001-19; (b) ratificação da nomeação dos Peritos para a avaliação do patrimônio líquido da Vipar; (c) aprovação do Laudo de Avaliação da Vipar, previamente apresentado pelos Peritos avaliadores; (d) aprovação da incorporação da Vipar pela Companhia, com a consequente extinção da incorporada; e, (e) autorização aos Diretores da Companhia para a prática de todos os atos necessários para a implementação e formalização das propostas aprovadas. Porto Alegre, RS, 13 de março de 2023. **Arlindo Paludo** - Presidente do Conselho de Administração.

## Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

### PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

## CTA – CONTINENTAL TOBACCOS ALLIANCE S.A.

CNPJ 00.095.840/0001-85 NIRE 43300033830

### CONVOCAÇÃO Assembleia Geral Ordinária

Por meio desta, convocamos os Acionistas da CTA – Continental Tobaccos Alliance S/A, CNPJ No. 00.095.840/0001-85, NIRE 43300033830, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 22 de março de 2023, às 10 horas, na sede social da empresa, situada na cidade de Venâncio Aires, estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia RSC 453, km 2,2, 3411, bairro Industrial, a fim de deliberarem sobre os assuntos abaixo relacionados:

- eleição dos membros do Conselho de Administração para o exercício-fiscal de 2023;
- revisão e deliberação sobre as demonstrações financeiras auditadas de 2022, publicadas em 24/02/2023 no Jornal do Comércio;
- deliberação sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos relativos ao exercício-social de 2022;
- revisão e deliberação acerca da remuneração executiva de 2023 e do bônus de 2022;
- indicação de empresa de auditoria independente para o exercício-social de 2023; e
- outros negócios e assuntos relacionados.

Venâncio Aires, 14 de março de 2023.  
Derek Dumont Vaughan  
Presidente do Conselho de Administração

## Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

### PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

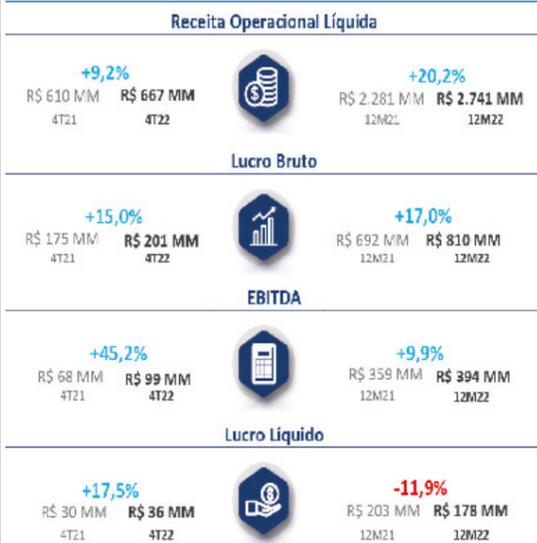




# RELEASE DE RESULTADOS 2022

Nova Prata (RS), 09 de março 2023 – A Borrachas Vipal S.A. (“Vipal” ou “Companhia”) divulga os seus resultados consolidados do quarto trimestre do ano de 2022 (4T22). Os saldos de 2022 estão comparados com o mesmo período de 2021 (4T21) e com o período de terceiro trimestre de 2022 (3T22). Certas informações financeiras aqui apresentadas foram derivadas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e apresentadas em reais (R\$).

## 1. PRINCIPAIS DESTAQUES



## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

### Caminhos Estratégicos e Iniciativas-Chave

O ano de 2022, assim como os últimos anos, foi marcado por um ambiente de incertezas e de grandes desafios, especialmente com relação às cadeias de suprimentos, logística e gestão de volumes de produção. A Borrachas Vipal S.A. (“Companhia”), com sua expertise e know-how de mercado, manteve o seu olhar atento às demandas e necessidades de seus clientes, superando as adversidades apresentadas no período, assegurando o seu equilíbrio financeiro e operacional.

Desse modo, a Companhia permanece com sua incessante busca por melhorias, automação de processos produtivos e conquista de novos mercados em todos os segmentos onde atua, por meio de parcerias que fortaleçam e promovam novas relações com clientes e fornecedores. Seu propósito engloba o desenvolvimento de novas tecnologias e de novos produtos, mantendo firme sua atuação no mercado com o foco constante em pesquisa e desenvolvimento.

A Companhia ampliou seu portfólio de produtos, disponibilizando soluções para as mais diversas aplicações e necessidades dos seus clientes e consumidores finais. Os seus produtos e serviços contribuíram de forma determinante para a geração de economia aos consumidores e ainda favoreceram a economia circular. Este conceito está inserido em seu DNA, associado ao desenvolvimento econômico que preza pelo melhor uso de recursos naturais. Afinal, seja em produtos, máquinas ou serviços, é uma Vipal inteira dando suporte e levando soluções completas para seus clientes, para que juntos se tornem cada vez mais líderes.

### Mercado e Desempenho

A piora do cenário econômico mundial, resultou na desaceleração econômica e dificuldades no suprimento de importantes matérias primas, bem como aumento nos preços. Tais aspectos são oriundos da inflação persistentemente elevada, início de ciclos de apertos monetários, além do prolongamento da guerra na Ucrânia e interrupções de atividades na China em razão da Covid-19.

No mercado interno, o País apresentou indicadores econômicos que sinalizam uma recuperação da atividade econômica, tais como: a redução gradual no índice de desemprego e início de um período desinflacionário. Entretanto, o ambiente de negócios foi influenciado pela continuidade do ciclo de alta na taxa juros (“SELIC”), sustentada pelo alto nível de inflação no País, e pela instabilidade política diante da troca de governo. Apesar desse cenário, a Companhia apresentou um crescimento de 21% na sua receita líquida, reflexo das ações de expansão da rede autorizada, ampliação do portfólio de produtos para os clientes de multimarcas, lançamento de novos produtos para atender às necessidades de mercado, elevação da capacidade produtiva de pneus de moto e reajustes de preço para recompor os custos de matérias-primas.

No mercado externo, as condições econômicas não foram diferentes do mercado local, acrescidas das particularidades de cada um dos mais de 90 países de atuação. Ainda assim, a Companhia apresentou um crescimento na sua receita líquida de mais de 18% em comparação com o ano anterior, resultado das ações de expansão no mercado internacional através da conquista de novos clientes, além do incremento de volume.

Por fim, a Companhia apresentou uma receita líquida consolidada de R\$ 2.741 milhões, representando 20,15% superior ao ano anterior. Um EBITDA<sup>1</sup> de R\$ 394 milhões em 2022, correspondente a 10% superior ao ano anterior e a um lucro líquido consolidado de R\$ 178 milhões, – sendo 11,9% inferior ao ano anterior, impactado pela despesa de variação cambial e aumento dos juros financeiros no período.

<sup>1</sup> O EBITDA sigla em inglês que significa os resultados antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

### Desafios e Expectativas para 2023

O cenário macroeconômico para 2023 continua repleto de incertezas. No mercado global os Bancos Centrais, dos maiores países e blocos econômicos mundiais, vem adotando uma política monetária contracionista, com elevação das taxas juros com o intuito de controlar a pressão inflacionária. A China ensaia uma retomada de crescimento econômico, mas muito aquém do período pré-pandêmico. Desta forma, devemos conviver com uma economia mundial experimentando baixos níveis de crescimento, pressão inflacionária e taxas de juros elevadas. No cenário nacional, além dos reflexos oriundos do exterior, estamos diante de um cenário de incertezas nas diretrizes políticas, pressão para aumento da carga tributária, taxas de juros elevadas, ou seja, uma conjuntura que deve inibir os investimentos e a retomada de um crescimento mais consistente.

Apesar das adversidades esperadas, a Companhia continuará firme na sua trajetória de crescimento, através da ampliação da capacidade produtiva, perseguindo maior produtividade, ampliação do portfólio de produtos, com atuação constante em pesquisa e desenvolvimento, conquistas de novos mercados e qualificação contínua do seu capital humano. Perseguiremos a continuidade de uma trajetória de resiliência em resultados operacionais e consistência em crescimento, que são uma das principais características históricas desta Companhia.

O desafio presente é o de seguir no desenvolvimento de soluções, alinhadas com os objetivos estratégicos da Companhia, as quais estejam condizentes cada vez mais com as necessidades dos clientes, buscando otimizar continuamente o atual modelo de negócio, consolidando a presença no mercado local e expandindo no mercado global.

### Mensagem Final e Agradecimentos

Os produtos da Companhia são imprescindíveis para o segmento de transportes, a geração de empregos, a arrecadação de tributos e especialmente para que as pessoas tenham fácil acesso aos seus produtos de consumo, e é isto o que nos move para a contínua inovação da nossa cadeia, proporcionando a entrega de produtos com maior qualidade.

Neste ano, a Companhia completará 50 anos de uma história sólida, gerando valor para seus clientes, funcionários, parceiros e sociedade. Será mantido fielmente o foco no “core business”, perseguindo a expansão dos negócios. Com esforço, compromisso e dedicação os obstáculos serão superados e transformados em conquistas.

Em nome da administração da Companhia, manifestamos nosso agradecimento aos colaboradores, a todos os clientes e aos milhões de motoristas que rodam com nossos produtos.

Muito obrigado,  
A ADMINISTRAÇÃO.

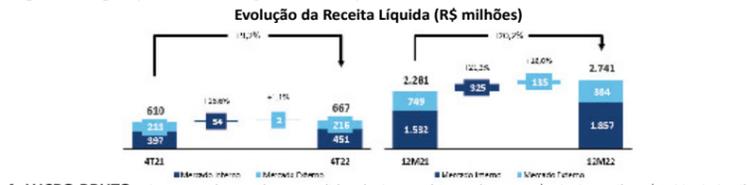
## 2. DESTAQUES FINANCEIROS - PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS (CONSOLIDADO)

(em R\$ mil, exceto %)	4T22	4T21	4T22/4T21	3T22	4T22/3T22	12M22	12M21	Δ (%) 12M22/12M21
Receita Operacional Líquida	666.707	610.300	9,2%	745.588	-10,6%	2.740.710	2.280.986	20,2%
Lucro Bruto	201.362	175.070	15,0%	218.262	-7,7%	809.660	691.919	17,0%
Margem Bruta	30,2%	28,7%	1,5 p.p.	29,3%	0,9 p.p.	29,5%	30,3%	-0,8 p.p.
EBITDA	98.990	68.179	45,2%	110.611	-10,5%	394.066	358.579	9,9%
Margem EBITDA	14,8%	11,2%	3,7 p.p.	14,8%	0,0 p.p.	14,4%	15,7%	-1,3 p.p.
Lucro Líquido	35.750	30.420	17,5%	42.807	-16,5%	178.472	202.651	-11,9%
Margem Líquida	5,4%	5,0%	0,4 p.p.	5,7%	-0,4 p.p.	6,5%	8,9%	-2,4 p.p.

**3. RECEITA LÍQUIDA - RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS (CONSOLIDADO)** - As receitas operacionais líquidas da Companhia totalizaram R\$ 666.707 mil no 4T22, e R\$ 2.740.710 mil no 12M22, representando um aumento de 9,2% e 20,2% quando comparado a 4T21 e 12M21, respectivamente. As receitas operacionais líquidas da Companhia estão assim detalhadas:

(em R\$ mil, exceto %)	4T22	4T21	4T22/4T21	3T22	4T22/3T22	12M22	12M21	Δ (%) 12M22/12M21
Receita Bruta de Vendas	853.811	754.499	13,2%	951.954	-10,3%	3.473.186	2.892.520	20,1%
Impostos sobre vendas	(22.758)	1.709	-1431,7%	(18.366)	23,9%	(55.465)	(44.761)	23,9%
Impostos sobre a venda	(164.346)	(145.908)	12,6%	(188.000)	-12,6%	(677.011)	(566.773)	19,5%
Receita Operacional Líquida	666.707	610.300	9,2%	745.588	-10,6%	2.740.710	2.280.986	20,2%

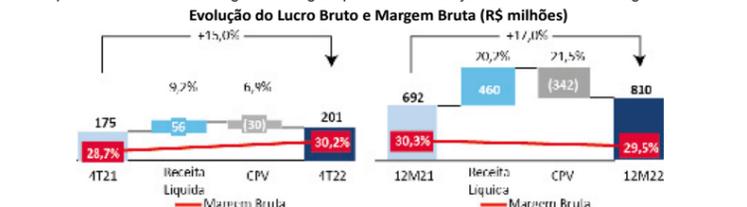
O aumento das receitas no 4T22, quando comparado a 4T21, foi devido a um aumento no preço médio dos produtos da Companhia, apesar de ter sido impactado pela redução de volumes vendidos. O aumento no preço médio no 4T22 foi de 31,3%, ante os preços negociados no mesmo período do ano anterior. Entretanto o impacto dos volumes totais vendidos no 4T22, ante os volumes negociados no mesmo período do ano anterior foi de -17,4%. A redução das receitas no 4T22, quando comparado a 3T22, foi devido a uma redução no volume de produtos vendidos, parcialmente compensada pelo aumento no preço médio dos produtos da Companhia. A redução nos volumes totais vendidos no 4T22 foi de 22,7%, ante os volumes negociados no 3T22. Entretanto o aumento nos preços vendidos no 4T22, ante os volumes negociados no 3T22 foi de 12,1%. O aumento das receitas no 12M22, quando comparado a 12M21, foi devido a um aumento no preço médio dos produtos da Companhia, combinado com expansão de volumes vendidos. O aumento nos volumes totais vendidos no 12M22, ante os volumes negociados no mesmo período do ano anterior foi de 3,9%. O aumento no preço médio no 12M22 foi de 18,0%, ante os preços negociados no mesmo período do ano anterior. Os gráficos a seguir apresentam a evolução da receita líquida do Mercado Interno e Mercado Externo.



**4. LUCRO BRUTO** - Os custos dos produtos vendidos da Companhia totalizaram R\$ 465.345 mil e R\$ 1.931.050 mil, no 4T22 e 12M22 respectivamente, representando um aumento de 6,9%, e 21,5% quando comparado a 4T21 e 12M21.

(em R\$ mil, exceto %)	4T22	4T21	4T22/4T21	3T22	4T22/3T22	12M22	12M21	Δ (%) 12M22/12M21
Receita Operacional Líquida	666.707	610.300	9,2%	745.588	-10,6%	2.740.710	2.280.986	20,2%
Custo dos Produtos Vendidos	(465.345)	(435.230)	6,9%	(527.326)	-11,8%	(1.931.050)	(1.589.067)	21,5%
Lucro Bruto	201.362	175.070	15,0%	218.262	-7,7%	809.660	691.919	17,0%
Margem Bruta	30,2%	28,7%	1,5 p.p.	29,3%	0,9 p.p.	29,5%	30,3%	-0,8 p.p.

O custo dos produtos vendidos representa 69,8% da nossa receita líquida no 4T22, ante 71,3% no 4T21. No 12M22 a representatividade foi de 70,5%, e 69,7% no 12M21. O aumento verificado nos custos dos produtos vendidos no 4T22 está atrelado a um aumento do custo médio de aquisição de matéria prima em 30,3%, compensado parcialmente pela redução dos volumes vendidos na ordem de 17,4% em relação a 4T21. A redução no custo dos produtos vendidos no 4T22, quando comparado a 3T22, foi devido a principalmente uma redução de volumes vendidos, compensada parcialmente pelo aumento do custo dos produtos. A redução dos volumes totais vendidos no 4T22, ante os volumes negociados no 3T22 foi de 22,7%. Entretanto o aumento no custo médio no 4T22 foi de 12,1%, ante os custos no 3T22. O aumento dos custos no 12M22, quando comparado a 12M21, foi devido a um aumento no custo médio, combinado com expansão de volumes vendidos. O aumento nos volumes totais vendidos no 12M22, ante os volumes negociados no mesmo período do ano anterior foi de 3,9%. O aumento no custo médio no 12M22 foi de 19,6%, ante os custos no mesmo período do ano anterior. Os gráficos a seguir apresentam a evolução do lucro bruto e da margem bruta.



**5. DESPESAS OPERACIONAIS**

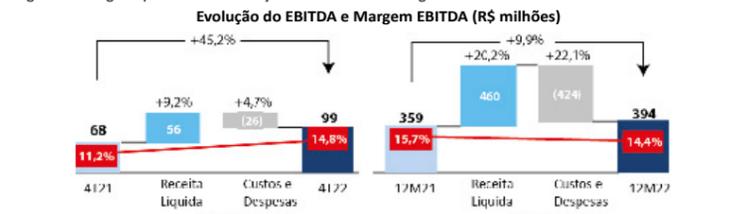
(em R\$ mil, exceto %)	4T22	4T21	4T22/4T21	3T22	4T22/3T22	12M22	12M21	Δ (%) 12M22/12M21
Despesas Comerciais	(60.050)	(64.869)	-7,4%	(76.518)	-21,5%	(276.124)	(203.368)	35,8%
Despesas Gerais e Administrativas	(55.748)	(51.244)	8,8%	(52.300)	6,6%	(207.529)	(183.399)	13,2%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.171)	(2.342)	-50,0%	7.763	-115,1%	15.002	3.993	275,7%
Total	(116.969)	(118.455)	-1,3%	(121.055)	-3,4%	(468.651)	(382.774)	22,4%

As despesas comerciais no 4T22 apresentaram uma redução em relação a 4T21 de -7,4% e em relação a 3T22 de -21,5%. Entretanto, apresentaram um aumento de 35,8% no 12M22 em relação a 12M21. A elevação dos gastos comerciais no ano de 2022 decorreu de diversos fatores, em especial pelos reajustes de preços de fretes. As despesas gerais e administrativas, por sua vez, apresentaram no 4T22 um aumento de 8,8% em relação a 4T21 e em comparação a 3T22 um aumento de 6,6%. No período de 12M22 o aumento foi de 13,2% em relação a 12M21. O aumento das despesas administrativas no ano de 2022 deve-se, principalmente pelo aumento de despesas com pessoal por conta de dissídio coletivo e aumento de despesas com tecnologia da informação, relativo a manutenções e suporte a sistemas. As outras receitas (despesas) operacionais líquidas da Companhia no 4T22 apresentaram uma despesa líquida de R\$ 1.171 mil, comparado com uma despesa líquida de R\$ 2.342 mil no 4T21, representando uma variação de R\$ 1.171 mil. No período de 12M22 o aumento de outras receitas operacionais líquidas foi de R\$ 11.009 mil em relação a 12M21. Essa variação ocorreu principalmente por um ganho de aproximadamente R\$ 47 milhões do DIFAL (consolidado e controladora), compensado pelo reconhecimento de R\$ 28 milhões referente à adesão ao parcelamento de ICMS.

**6. EBITDA<sup>2</sup>**

(em R\$ mil, exceto %)	4T22	4T21	4T22/4T21	3T22	4T22/3T22	12M22	12M21	Δ (%) 12M22/12M21
Receita Líquida Total	666.707	610.300	9,2%	745.588	-10,6%	2.740.710	2.280.986	20,2%
Lucro Líquido	35.750	30.420	17,5%	42.807	-16,5%	178.472	202.651	-11,9%
Margem Líquida	5,4%	5,0%	0,4 p.p.	5,7%	-0,4 p.p.	6,5%	8,9%	-2,4 p.p.
(+) Receitas e Despesas financeiras	25.969	30.091	-13,7%	53.161	-51,2%	137.335	110.466	24,3%
(+) Depreciações e Amortizações	14.597	11.564	26,2%	13.404	8,9%	53.057	48.744	8,8%
(+) IR e Contrib. Social (corrente e diferido)	22.674	(3.896)	-682,0%	1.239	1730,0%	25.202	(3.282)	-867,9%
EBITDA	98.990	68.179	45,2%	110.611	-10,5%	394.066	358.579	9,9%
Margem EBITDA	14,8%	11,2%	3,7 p.p.	14,8%	0,0 p.p.	14,4%	15,7%	-1,3 p.p.

O EBITDA gerado no 4T22 e 12M22 foi de R\$ 98.990 mil e R\$ 394.066 mil, respectivamente ante R\$ 68.179 mil no 4T21, um aumento de 45,2%, e R\$ 358.579 mil no 12M21, apresentando um aumento de 9,9%. A margem EBITDA do 4T22 foi de 14,8%, ante 11,2% do 4T21. O aumento da margem EBITDA no 4T22 quando comparado ao ano anterior é resultado de um aumento na receita líquida somado a uma redução verificada nos custos e despesas operacionais. A margem EBITDA do 12M22 foi de 14,4%, ante 15,7% do 12M21. A redução da margem EBITDA no 12M22 quando comparado ao ano anterior é resultado de um aumento nos custos, impactado principalmente pela pressão inflacionária na matéria prima, e nas despesas proporcionais maior que o crescimento verificado na receita líquida. Os gráficos a seguir apresentam a evolução do EBITDA e da margem EBITDA.



**7. ENDIVIDAMENTO** - A Dívida Bruta da Companhia em 31/12/2022 foi de R\$ 1.255.852 mil, uma variação de 6,7% em relação a 31/12/2021. O saldo de Caixa e Aplicações somou, em 31/12/2022, R\$ 221.169 mil, apresentando uma redução de R\$ 27.725 mil em comparação com 31/12/2021.

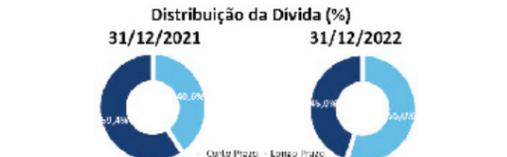
(em R\$ mil, exceto %)	31/12/22	31/12/21	Δ (%)
Dívida Líquida	1.034.683	928.062	11,5%
(+) Dívida Bruta	1.255.852	1.176.956	6,7%
(-) Caixa e Aplicações	(221.169)	(248.894)	-11,1%
EBITDA (12 meses)	394.066	358.579	9,9%
Dívida Líquida/EBITDA (12 meses)	2,63x	2,59x	3,8 p.p.

O indicador medido pelo índice Dívida Líquida/EBITDA (12 meses) registrou 2,63x em 31/12/2022 e 2,59x em 31/12/2021. O crescimento da alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA), deve-se principalmente à necessidade de aumentar o capital de giro da Companhia.

Os gráficos a seguir apresentam a distribuição da dívida. A evolução de 31/12/2021 para 31/12/2022 da dívida de curto prazo foi de 40,6% para 53,3%, e a dívida de longo prazo passou de 59,4% para 46,7%.

**Distribuição da Dívida (%)**

**8. POSIÇÃO DO CAIXA:** A Companhia busca manter uma posição de caixa robusta como parte de nossa estratégia de gestão de capital.



**Variação do Fluxo de Caixa (R\$ mil)**

31/12/2021	31/12/2022	
Caixa	246.850	215.857
Operacional	(89.365)	(89.365)
Investimentos	(172.450)	(172.450)
Financiamentos	0	0

O fluxo de caixa da Companhia no período de 12M22 apresentou consumo de R\$ 30.993 mil. As atividades operacionais geraram um caixa de R\$ 89.366 mil. Em contrapartida as atividades de investimento consumiram R\$ 69.958 mil da geração de caixa do período, substancialmente por aplicações em projetos de expansão e otimização das nossas unidades industriais. Os recursos aplicados as atividades de financiamento estão substancialmente associados ao pagamento de dívidas bancárias, em linha com nossos cronogramas de pagamento.

**Aviões legais**  
Algumas das afirmações realizadas nesse documento foram baseadas em hipóteses, premissas e perspectivas da Administração da Companhia, levando-se em conta dados e informações disponíveis no data de elaboração do documento. Os resultados reais, desempenho e eventos podem divergir significativamente daqueles aqui expressos, como um resultado de diversos fatores, tais como condições gerais e econômicas no Brasil e outros países; níveis de câmbio, entre outros. Certas informações percentuais e valores divulgados neste documento podem ter sido arredondados para fins de divulgação, assim, totais em algumas tabelas podem não representar a soma aritmética dos números que os precedem e podem diferir daqueles apresentados nas demonstrações financeiras. O presente relatório de desempenho pode incluir dados contábeis e não contábeis tais como, operacionais, financeiros proforma e projeções com base na expectativa da Administração da Companhia. Os dados não contábeis não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes da Companhia.

O EBITDA (lucro antes de juros, imposto de renda e contribuição social, receitas e despesas financeiras, depreciação e amortização) não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por não considerar despesas intrínsecas ao negócio, o EBITDA apresenta limitações que afetam seu uso como indicador de rentabilidade ou liquidez. O EBITDA não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido ou fluxo de caixa operacional. Além disso, o EBITDA não possui significado padrão, e nossa definição pode não ser comparável com a definição adotada por outras Companhias. Os resultados extraordinários considerados para efeito de cálculo do EBITDA Ajustado e do Lucro Líquido Ajustado também não devem ser considerados como alternativa ao EBITDA e ao lucro líquido, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## ANEXO I – BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO

(em R\$ mil, exceto %)	31.12.2022	AV (%)	31.12.2021	AV (%)	AH (%)
<b>Ativo</b>					
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	215.857	9,7%	246.850	11,1%	-12,6%
Aplicações financeiras	2.276	0,1%	0	0,0%	0,0%
Contas a receber de clientes	429.814	19,2%	407.333	18,3%	5,5%
Ativo de contrato	6.951	0,3%	3.902	0,2%	78,1%
Contas a receber de partes relacionadas	2.315	0,1%	3.384	0,2%	-31,6%
Estoques	681.123	30,5%	535.084	24,0%	27,3%
Impostos a recuperar	91.179	4,1%	85.824	3,9%	6,2%
Despesas antecipadas	11.220	0,5%	10.486	0,5%	7,0%
Outras ativos circulantes	65.212	2,9%	86.759	3,9%	-24,8%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.505.947</b>	<b>67,4%</b>	<b>1.379.622</b>	<b>62,0%</b>	<b>9,2%</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Aplicações financeiras	3.036	0,1%	2.044	0,1%	48,5%
Contas a receber de clientes	61.202	2,7%	37.417	1,7%	63,6%
Ativo de contrato	5.257	0,2%	2.824	0,1%	86,2%
Contas a rec. partes relacionadas	0	0,0%	31.901	1,4%	-100,0%
Impostos a recuperar	9.297	0,4%	6.547	0,3%	42,0%
Impostos diferidos	44	0,0%	843	0,0%	-94,8%
Créditos com partes relacionadas	0	0,0%	137.811	6,2%	-100,0%
Outros créditos	41.552	1,9%	33.404	1,5%	24,4%
Investimentos	2.364	0,1%	2.738	0,1%	-13,7%
Propriedades para investimento	9.440	0,4%	9.440	0,4%	0,0%
Imobilizado	533.182	23,9%	515.043	23,1%	3,5%
Intangível	33.336	1,5%	35.792	1,6%	-6,9%
Ativo de direito de uso	29.843	1,3%	30.892	1,4%	-3,4%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>728.553</b>	<b>32,6%</b>	<b>846.696</b>	<b>38,0%</b>	<b>-14,0%</b>

ANEXO III – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS											
(em R\$ mil, exceto %)		4T22	AV (%)	4T21	AV (%)	(%) 4T22/4T21	3T22	AV (%)	(%) 4T22/3T22	(em R\$ mil, exceto %)	
Receita Operacional Líquida	666.707	100,0%	610.300	100,0%	9,2%	745.588	100,0%	-10,6%	Receita Operacional Líquida	2.740.710	100,0%
Custo dos produtos vendidos	(465.345)	-69,8%	(435.230)	-71,3%	6,9%	(527.326)	-70,7%	-11,8%	Custo dos produtos vendidos	(1.931.050)	-70,5%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>201.362</b>	<b>30,2%</b>	<b>175.070</b>	<b>28,7%</b>	<b>15,0%</b>	<b>218.262</b>	<b>29,3%</b>	<b>-7,7%</b>	<b>Lucro Bruto</b>	<b>809.660</b>	<b>29,5%</b>
Despesas com vendas	(60.050)	-9,0%	(64.869)	-10,6%	-7,4%	(76.518)	-10,3%	-21,5%	Despesas com vendas	(276.124)	-10,1%
Despesas administrativas e gerais	(55.748)	-8,4%	(51.244)	-8,4%	8,8%	(52.300)	-7,0%	6,6%	Despesas administrativas e gerais	(207.529)	-7,6%
Resultado de equivalência patrimonial	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	Resultado de equivalência patrimonial	0	0,0%
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.171)	-0,2%	(2.342)	-0,4%	-50,0%	7.763	1,0%	-115,1%	Outras receitas (despesas), líquidas	15.002	0,5%
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>84.393</b>	<b>12,7%</b>	<b>56.615</b>	<b>9,3%</b>	<b>49,1%</b>	<b>97.207</b>	<b>13,0%</b>	<b>-13,2%</b>	<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>341.009</b>	<b>12,4%</b>
Receitas financeiras	54.665	8,2%	41.180	6,7%	32,7%	56.107	7,5%	-2,6%	Receitas financeiras	304.999	11,1%
Despesas financeiras	(80.634)	-12,1%	(71.271)	-11,7%	13,1%	(109.268)	-14,7%	-26,2%	Despesas financeiras	(442.334)	-16,1%
<b>Lucro Líquido antes IRPJ e CSLL</b>	<b>58.424</b>	<b>8,8%</b>	<b>26.524</b>	<b>4,3%</b>	<b>120,3%</b>	<b>44.046</b>	<b>5,9%</b>	<b>-1,2%</b>	<b>Lucro Líquido antes IRPJ e CSLL</b>	<b>203.674</b>	<b>7,4%</b>
IRPJ e CSLL correntes	(853)	-0,1%	5.634	0,9%	-115,1%	(9.252)	-1,2%	-93,8%	IRPJ e CSLL correntes	(28.012)	-1,0%
IRPJ e CSLL diferidos	(21.821)	-3,3%	(1.755)	-0,3%	1143,4%	8.016	1,1%	-372,2%	IRPJ e CSLL diferidos	2.810	0,1%
<b>Lucro Líquido do período</b>	<b>35.750</b>	<b>5,4%</b>	<b>30.420</b>	<b>5,0%</b>	<b>17,5%</b>	<b>42.807</b>	<b>5,7%</b>	<b>-16,5%</b>	<b>Lucro Líquido do exercício</b>	<b>178.472</b>	<b>6,5%</b>

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equiv. de caixa	4	105.672	82.192	215.857	246.850	Emprést. e financiamentos...	15	527.089	358.719	690.119	477.450
Aplicações financeiras	5	2.276	-	2.276	-	Fornecedores	16	93.040	136.031	181.666	223.597
Contas a rec. de clientes	6	147.091	142.952	429.814	407.333	Contas a pagar a partes relacionadas	9	251.959	333.060	89	-
Ativo de contrato		3.476	1.951	6.951	3.902	Obrigações fiscais e sociais	16	39.959	39.893	74.543	88.167
Contas a receber de partes relacionadas	9	279.421	224.315	2.315	3.384	Obrigações e prov. trabalhistas	15	15.015	15.953	22.986	23.311
Estoques	7	303.354	245.521	681.123	535.084	Dividendos a pagar	9	45.499	48.333	73.857	51.101
Despesas antecipadas	8	40.754	45.910	91.179	85.824	Impostos a pagar	9	-	120	-	120
Dividendos a receber	9	8.196	7.833	11.220	10.486	Passivo de arrendamento	18	7.211	6.258	10.727	8.223
Outros ativos circulantes		51.179	26.496	-	-	Outras contas a pagar	9	39.400	43.490	63.345	60.767
Total do ativo circulante		980.709	824.680	1.505.947	1.379.622	Total do passivo circulante		1.019.172	981.857	1.117.332	932.736
Ativo não circulante						Passivo não circulante					
Aplicações financeiras	5	3.036	2.044	3.036	2.044	Emprést. e financiamentos...	15	470.927	575.269	565.733	699.506
Contas a rec. de clientes	6	23.111	13.736	61.202	37.417	Obrigações fiscais e sociais	16	34.936	35.610	201	201
Ativo de contrato		2.770	1.412	5.257	2.824	Impostos diferidos	24	4.247	4.307	39.312	39.278
Contas a receber de partes relacionadas	9	10.182	48.026	-	31.901	Provisão para litígios	17	657	672	1.365	1.468
Impostos a recuperar	8	7.722	4.583	9.297	6.547	Débitos c/partes relacionadas	9	14.285	361.416	14.285	11.969
Créditos com partes relacionadas	9	-	138.411	-	137.811	Passivo de arrendamento	18	14.556	19.730	20.780	23.877
Impostos diferidos	24	43	111	44	843	Outras contas a pagar	9	348	427	348	427
Outros créditos	11	35.818	32.981	41.552	33.404	Total do passivo não circulante		539.956	961.821	677.433	776.726
Investimentos	10	666.998	1.116.247	2.364	2.738	Patrimônio líquido	19				
Propried. p/ investimento	12	9.440	9.440	9.440	9.440	Capital social		188.073	43.646	188.073	43.646
Imobilizado	13	213.120	197.058	533.182	515.043	Reservas de lucros		142.641	329.427	142.641	329.427
Intangível	14	1.215	1.925	33.336	35.792	Transações com sócios		(12.144)	(12.144)	(12.144)	(12.144)
Ativo de direito de uso	18	20.470	24.942	29.843	30.892	Outros resultados abrangentes		96.936	110.989	96.936	110.989
Total do ativo não circulante		993.925	1.590.916	728.553	846.696	Total de participação dos controladores		415.506	471.918	415.506	471.918
Total do ativo		1.974.634	2.415.596	2.234.500	2.226.318	Participação de acionistas não controladores		-	-	24.229	44.938

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação, expresso em reais)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional		1.670.617	1.299.359	2.740.710	2.280.986
Custo dos produtos vendidos		(1.349.860)	(1.028.876)	(1.931.050)	(1.589.067)
<b>Lucro bruto</b>		<b>320.757</b>	<b>270.483</b>	<b>809.660</b>	<b>691.919</b>
Despesas (despesas) operacionais		(151.185)	(103.115)	(276.124)	(203.368)
Despesas admin. e gerais	22	(125.119)	(114.521)	(207.529)	(183.399)
Resultado da equivalência patrimonial	10	236.147	227.597	-	690
Outras receitas (despesas), líquidas		1.902	5.334	15.002	3.993
<b>Resultado operacional</b>		<b>282.502</b>	<b>285.778</b>	<b>341.009</b>	<b>309.835</b>
Receitas financeiras	23	253.450	173.335	304.999	248.000
Despesas financeiras	23	(366.162)	(274.882)	(442.334)	(358.466)
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b>169.790</b>	<b>184.331</b>	<b>203.674</b>	<b>199.369</b>
Imposto de renda e contribuição social		(1.705)	1.473	(28.012)	(4.390)
Corrente	24	(14)	7.529	2.810	7.672
Diferido	24	(14)	7.529	2.810	7.672
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>168.071</b>	<b>193.333</b>	<b>178.472</b>	<b>202.651</b>
Atribuível a:					
Acionistas controladores				168.071	193.333
Acionistas não controladores				10.401	9.318
				178.472	202.651
Lucro básico e diluído por ação do capital social (em R\$)	20	613,07	582,88		

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício		168.071	193.333	178.472	202.651
Outros resultados abrangentes a serem classificados p/resultado em exercícios subsequentes:					
Efeito ajuste economia hiperinflacionária em filial no exterior		3.185	906	3.185	906
Efeito ajuste economia hiperinflacionária em controlada no exterior		12.147	1.947	12.147	1.947
Variação cambial de filiais e controladas no exterior		(25.705)	(4.804)	(25.705)	(4.804)
Total dos outros resultados abrangentes		(10.373)	(1.951)	(10.373)	(1.951)
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos		157.698	191.382	168.099	200.700
Atribuível a:					
Acionistas controladores				157.698	191.382
Acionistas não controladores				10.401	9.318
				168.099	200.700

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	Nota	Controladores		Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		57.894	11.385	168.506	(12.144)	117.476	343.117
Lucro líquido do exercício	19	-	-	-	-	193.333	193.333
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	(48.333)	(48.333)
Reserva especial		-	-	149.536	-	(149.536)	-
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-
Redução de capital	10	(14.248)	-	-	-	-	(14.248)
Realização da depreciação do custo atribuído, líquida de tributos		-	-	(4.536)	-	4.536	-
Outros resultados abrangentes		-	-	(1.251)	-	1.251	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		43.646	11.385	318.042	(12.144)	110.989	471.918
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	168.071	168.071
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	(39.917)	(39.917)
Reserva legal		-	8.404	-	-	(8.404)	-
Reserva especial		-	-	123.430	-	(123.430)	-
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	19.a	144.427	(6.385)	(138.042)	-	-	(174.193)
Ações em tesouraria	19.b	-	-	-	-	-	-
Realização da depreciação do custo atribuído, líquida de tributos	19.c	-	-	-	-	(3.680)	3.680
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(10.373)	(10.373)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		188.073	13.404	129.237	(12.144)	96.936	415.506

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A Borrachas Vipal S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações, de capital aberto, que em conjunto com suas controladas designadas neste relatório na nota 2.2, é controlada pela empresa Paludo Participações S.A., a qual detém 99,99% do seu capital social. A Companhia sediada na Rua Buarque de Macedo, 365, na cidade de Nova Prata/RS, desempenha as seguintes atividades de acordo com o seu objeto social: (i) industrialização, comércio, importação e exportação de reparos a frio, vulcanizantes e auto vulcanizantes para pneus e câmaras de ar, matérias-primas, borracha e pneumáticos, seus artefatos, maquinários e equipamentos em geral para os ramos automotivo, esportivo e industrial; adesivos, colas e produtos de limpeza em geral; (ii) comércio, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral; (iii) prestação de serviços no seu ramo de atividade; (iv) transporte de produtos perigosos; e, (v) administração de negócios e participação em outras sociedades. Em 21 de outubro de 2022 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deferiu o pedido da Borrachas Vipal S.A. como companhia de capital aberto (categoria "A").

**1.1. Impactos do Covid-19:** A Administração da Companhia e de suas controladas, permanecem monitorando os possíveis impactos do COVID-19 nos seus negócios, bem como, segue mantendo e orientando sobre as medidas de proteção de combate à pandemia, visando garantir a segurança de colaboradores. No ano de 2022 e até a data de emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia não vislumbra riscos significativos à continuidade de seus negócios, tampouco às estimativas e julgamentos contábeis.

**1.2. Transações societárias relevantes nos exercícios de 2022 e 2021:** Em 30 de junho de 2021 foi aprovado em assembleia geral extraordinária a redução de capital da Companhia e a restituição do valor à sua controladora Paludo Participações S.A., no montante de R\$ 14.248. O capital reduzido foi quitado pela Companhia ao seu controlador mediante a transferência de 510.510 ações de emissão da Fate Pneus do Brasil S.A., até então detidas pela Companhia. Dessa forma esta empresa passou a não ser mais investida da Companhia a partir dessa data. Em 19 de junho de 2022, a Companhia recomprou 98.520 ações de sua própria emissão. As ações foram canceladas sem alteração do valor do capital social (vide Nota 19.b).

**2. Sumário das principais políticas contábeis:** 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelos órgãos institucionais CPC e IASB, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, sendo as mais relevantes divulgadas na Nota 3. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: provisão para perdas de crédito esperadas sobre contas a receber de clientes, a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativo intangível, a provisão para litígios e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, quando aplicável e da análise da recuperação de ativos não monetários (impairment). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e prevêlas periodicamente. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi autorizada em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de março de 2023. 2.2. Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Empresas no Brasil	País	Moeda Funcional	Percentual de participação		
			Direta	Indireta	Direta Indireta
Borrachas Vipal Nordeste S.A.	Brasil	Reais	95,58	-	95,58
Vipal Indústria de Máquinas Ltda.</					

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**2.8. Ágio, mais valia e outros ativos intangíveis:** Ágio: O ágio apurado em aquisição de investimento é inicialmente mensurado como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos a valor justo adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de eventual perda de valor. O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas de "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial", na controladora, e "intangível", no consolidado. Em situações de venda de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, o ágio será incluído na determinação dos ganhos e perdas. **Mais valia de ativos:** Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, no reconhecimento inicial, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. A mais valia de ativos é registrada como ativo e incluído nas contas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial", na controladora, e reclassificado para as rubricas correspondentes, no consolidado. **Outros ativos intangíveis:** Os outros ativos intangíveis são compostos principalmente por software e outros e são avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por desvalorização, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. Vide detalhes na nota 14. Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos. **2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa, no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa estimados são descontados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento que opera o ativo. O teste de perda por desvalorização do ágio é feito anualmente ao final do exercício. **2.10. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **2.11. Tributação: Impostos sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Controladora	Consolidado
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7% a 18%	7% a 18%
IPI - Imposto s/Produtos Industrializados	0% a 18%	0% a 18%
COFINS - Contrib. p/Seguridade Social	7,60% a 9,50%	7,60% a 9,50%
PIS - Programa de Integração Social	1,65% a 2%	1,65% a 2%
IVA - Imposto s/Valor Adicionado (Exterior)	-	0,5% a 22%

Alíquotas

As vendas são apresentadas pelos valores líquidos destes impostos na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. **Imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil na data de apresentação das demonstrações financeiras e nos países onde as controladas da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial do ágio ou de um ativo intangível em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal). • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que os lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo o ágio ou o imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os impostos diferidos ativos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **2.12. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Reconhecimento inicial e mensuração: Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valorista principal em aberto. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios adotado pela Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros: Ativo financeiro: ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganho e perdas acumuladas (instrumento de dívidas); Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros ao custo amortizado. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, outros créditos, contas a receber de partes relacionadas e créditos a receber de parte relacionadas e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e ativos mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros, classificados como a custo amortizado, são: fornecedores, contas a pagar a partes relacionadas, dividendos a pagar, passivo de arrendamento, débitos com partes relacionadas, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. **2.13. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício

se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. **2.14. Arrendamento mercantil:** A Companhia reconhece o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da assinatura do contrato de arrendamento. A administração da Companhia considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, ajustado a valor presente, considerando a taxa incremental de juros para fins de desconto. Os contratos que atendem a esta norma são de aluguel de imóvel e da frota de veículos. Para cálculo do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento foi aplicado uma taxa de 10,5% a.a. (10,5% a.a. em 2021) para o aluguel do imóvel e 4,1% a.a. (4,1% a.a. em 2021) para frota de veículos. Essas taxas foram utilizadas com base em simulação junto aos bancos que a Companhia opera. A Companhia analisou os contratos existentes e identificou aqueles enquadrados no CPC 06 (R2) / IFRS 16. Os demais não se enquadraram à norma por serem considerados de baixo valor como definidos pela Companhia, variabilidade na mensuração dos valores ou por terem prazo inferior a 12 meses. **2.15. Informação por segmento:** A administração da Companhia é responsável por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho. As informações apresentadas à administração com o respectivo desempenho de cada segmento são derivadas dos registros mantidos de acordo com as práticas contábeis. Os segmentos reportáveis da companhia estão descritos na nota explicativa 25. **2.16. Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias (o denominador) durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados em ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação. **2.17. Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitidos pelos CPC/IFRS. A Companhia e suas controladas classificam dividendos recebidos como fluxos de caixa de atividades operacionais. Os dividendos pagos são demonstrados como fluxos de caixa de financiamento. **2.18. Demonstração do valor adicionado:** Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelas empresas e sua distribuição durante determinado exercício. É apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"). **2.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e que lhe são aplicáveis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) O que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduziu a definição de "estimativas contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse exercício. A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada a aplicação da referida norma em suas demonstrações financeiras e não se espera haver impactos relevantes nas demonstrações financeiras. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual forneceu guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada a norma e não se espera haver impactos relevantes nas demonstrações financeiras. A Administração não espera incorrer em alterações relevantes às demonstrações financeiras com a implementação dessa normativa. **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação:** Em maio de 2021, foram divulgadas alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desse que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Administração não espera incorrer em alterações relevantes às demonstrações financeiras com a implementação dessa normativa. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **3.1. Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir: **3.1.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Uma perda por desvalorização existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraram a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **3.1.2. Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. **3.1.3. Provisões para litígios:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem

como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3.1.4. Arrendamentos - determinação do prazo de arrendamento:** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. **3.1.5. Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:** A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental nominal sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisarem ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia. **3.1.6. Provisão para perdas de créditos esperadas sobre as contas a receber de clientes:** A Companhia utiliza julgamento profissional para calcular as perdas de créditos esperadas para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perdas semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outros). Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de créditos esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber da Companhia estão divulgadas na nota explicativa 6. **3.1.7. Tributos diferidos:** Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Companhia. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de ativo fiscal diferido. **3.1.8. Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nestes modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que estes inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a estes fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A contraprestação contingente, resultante de combinações de negócios, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios. **3.1.9. Definição de vida útil de ativo imobilizado e intangível:** Os ativos imobilizados e intangíveis são depreciados e amortizados, respectivamente, de forma linear ao longo da vida útil esperada do ativo. As taxas de depreciação e amortização são baseadas em informações históricas e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado. **3.1.10. Valor justo de ativos intangíveis advindos de combinação de negócios:** As vidas úteis de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios são definidas com base em técnicas de avaliação que incluem a determinação de premissas e critérios que consideram o histórico da entidade, o setor em que está inserida, as projeções de mercado para a entidade combinada. As premissas adotadas podem variar em relação às efetivamente incorridas, gerando variações na relação aos valores alocados quando da combinação. Como determinado pelo CPC 15 (R1) (IFRS 3) - combinação de negócios, requer que os ativos e passivos adquiridos sejam avaliados a valor justo na data da aquisição. Bem como ativos intangíveis identificados em combinação sejam avaliados a valor justo. Julgamento é necessário para identificar os ativos identificáveis e os critérios para apurar o valor justo. O processo de mensuração a valor justo requer a assunção de premissas e estimativas que podem gerar variações em relação aos valores efetivamente incorridos. As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir: **Receitas:** Projetadas com base nos planos de negócios da empresa adquirida, conforme conceitos definidos no CPC 46 (IFRS 13) foram considerados crescimentos decorrentes de expansão orgânica. Ajustes foram realizados para sensibilizar as premissas adotadas no plano de negócios a dados comparáveis de mercado, quando aplicável. Custos e despesas operacionais: Projetados com base no desempenho histórico da adquirida, e em concordância com o modelo de crescimento do plano de negócios, considerando, também ajustes com dados comparáveis de mercado, quando aplicável. Taxa de desconto: Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (WACC, na sua sigla em inglês). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado dos riscos e rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Durante os exercícios de 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não realizou combinações de negócios.

**4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora	Consolidado
Disponibilidades	2022 2021	2022 2021
Aplicações em moeda nacional	22.002 8.650	50.746 59.740
Aplicações em moeda estrangeira	83.670 73.542	160.049 185.374
Total	105.672 82.192	215.857 246.850

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a com-

**9. Informação sobre partes relacionadas:** Os saldos e transações mantidos pela Companhia com suas controladas e demais partes relacionadas são apresentados a seguir:

	2022		Ativo		Passivo		Transações	
	Ativo circulante	não circulante	Ativo circulante	não circulante	Passivo circulante	não circulante	Receitas	Despesas
Contas a receber por vendas (a)	Dividendos a receber (d)	Contas a receber por vendas (a)	Contas a pagar (a)	Dividendos a pagar (d)	Relacionadas (c)	Receitas	Despesas	
<b>CONTROLADORA:</b>								
Borrachas Vipal Nordeste S.A. ....	3.853	47.893	251.898	-	-	-	105.700	(300.110)
Cya Rubber Distribuidora Ltda. ....	1.974	-	61	-	-	-	9.813	-
Fate Brasil .....	5	-	-	-	-	-	-	-
Marpal Ltda. ....	-	-	-	-	-	-	-	(600)
Paludo Participações S.A. ....	3	-	-	45.499	-	-	4.480	-
Pessoas físicas .....	-	-	-	-	14.282	-	-	(2.304)
Subsidiárias no exterior .....	273.487	1.786	10.182	-	-	-	463.532	-
Vipal Indústria de Máq. Ltda. ....	2	1.500	-	-	-	-	-	-
Vicencio Paludo, Filhos & Cia. Ltda. ....	93	-	-	-	3	1.595	-	(32)
Vipaltec - Pesquisa e Desenvolvimento .....	4	-	-	-	-	-	-	-
	<b>279.421</b>	<b>51.179</b>	<b>10.182</b>	<b>251.959</b>	<b>45.499</b>	<b>14.285</b>	<b>585.120</b>	<b>(279.827)</b>
<b>CONSOLIDADO:</b>								
Marpal Ltda. ....	-	-	-	-	-	-	-	(600)
Alpar Participações Ltda. ....	-	-	-	28.358	-	-	-	-
Cya Rubber Distribuidora Ltda. ....	2.049	-	89	-	-	-	9.813	-
Fate Brasil .....	5	-	-	-	-	-	-	-
Paludo Participações S.A. ....	3	-	-	45.499	-	-	4.480	-
Pessoas físicas .....	-	-	-	-	14.282	-	-	(2.304)
Vicencio Paludo, Filhos & Cia. Ltda. ....	258	-	-	-	-	-	5.564	(32)
Anglucça Participações S/A.....	-	-	-	-	3	-	-	-
	<b>2.315</b>	<b>-</b>	<b>89</b>	<b>73.857</b>	<b>14.285</b>	<b>19.857</b>	<b>(2.936)</b>	<b>-</b>

Continua >>>

promissos de caixa de curto prazo, sendo representados, basicamente, por saldos de disponibilidades. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022 são remuneradas a taxas de 90% a 104% do CDI (100% a 103% do CDI em 31 de dezembro de 2021). A aplicação em moeda estrangeira refere-se ao fundo de aplicação multimercado da controlada Vipal S.A. cujo rendimento acumulado é de 54,69% a.a. a data base de 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo referia-se à posição em pesos chilenos da controlada Vipal Chile S.A., com rendimento pré-fixado em 3,36% a.a.

**5. Aplicações financeiras:**

	Controladora	Consolidado
Aplicações financeiras - CDB .....	5.282 2.044	5.282 2.044
Aplicação financeira - Capitalização	30 -	30 -
	<b>5.312 2.044</b>	<b>5.312 2.044</b>
Circulante .....	2.276 -	2.276 -
Não circulante .....	3.036 2.044	3.036 2.044

Referem-se basicamente a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), vinculadas a empréstimos e financiamentos, remuneradas a taxas de 90% a 104% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (100% a 103% em 31 de dezembro de 2021).

**6. Contas a receber de clientes:**

	Controladora	Consolidado
Clientes mercado interno .....	2022 2021	2022 2021
Clientes mercado externo .....	162.116 144.086	498.614 450.250
	<b>38.906 43.494</b>	<b>72.829 79.706</b>
	<b>201.022 187.580</b>	<b>571.443 529.956</b>

(-) Provisão para perdas de crédito esperadas

	Controladora	Consolidado
Total contas a receber .....	(30.820) (30.892)	(80.427) (85.206)
	<b>170.202 156.688</b>	<b>491.016 444.750</b>
Circulante .....	147.091 142.952	429.814 407.333
Não circulante .....	23.111 13.736	61.202 37.417

Os valores classificados no ativo não circulante referem-se a renegociações de créditos junto a clientes. Essas inovações, usualmente, possuem prazo superior a um ano, sendo os saldos atualizados monetariamente, acrescidos de juros compatíveis com os praticados no mercado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
A vencer .....	2022 2021	2022 2021
Vencidos .....	175.382 158.956	492.192 426.676
De 1 a 30 dias .....	10.800 7.103	33.130 18.836
De 31 a 60 dias .....	1.151 630	7.060 17.902
De 61 a 90 dias .....	791 730	2.844 6.461
Mais de 91 dias .....	12.898 20.161	36.317 60.081
	<b>201.022 187.580</b>	<b>571.443 529.956</b>

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo no início do exercício .....	2022 2021	2022 2021
Adições .....	(7.106) (5.848)	(17.111) (22.217)
Recup		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)											
9. Informação sobre partes relacionadas:											
2021											
		Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		Transações	
		Contas a receber p/ vendas (a)	Dividendos a receber (d)	Crédito c/ partes relacionadas (b)	Contas a receber p/venda de ativo imobilizado (d)	Contas a pagar (a)	Débitos c/ partes relacionadas (c)	Dividendos a pagar (d)	Débitos c/ partes relacionadas (c)	Recitas	Despesas
<b>CONTROLADORA:</b>											
Borrachas Vival Nordeste S.A. ....	4.049	23.086	-	-	-	333.060	-	-	-	66.141	(184.058)
Cya Rubber Distribuidora Ltda. ....	3.064	-	-	-	-	-	100	48.333	-	9.699	(1.600)
Marpal Ltda. ....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.200)
Paludo Participações S.A. ....	-	-	137.811	-	31.901	-	-	-	-	-	-
Pessoas físicas ....	-	-	-	-	-	-	20	-	11.970	-	-
Subsidiárias no exterior ....	217.131	1.910	-	16.125	-	-	-	-	-	327.131	-
Vival Indústria de Máquinas Ltda. ....	-	1.500	600	-	-	-	-	-	-	-	-
Vicencio Paludo, Filhos & Cia. Ltda. ....	71	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>CONSOLIDADO:</b>	<b>224.315</b>	<b>26.496</b>	<b>138.411</b>	<b>16.125</b>	<b>31.901</b>	<b>333.060</b>	<b>120</b>	<b>48.333</b>	<b>361.416</b>	<b>402.971</b>	<b>(189.858)</b>
Marpal Ltda. ....	-	-	-	-	-	-	100	-	-	(1.600)	-
Alpar Participações Ltda. ....	-	-	-	-	-	-	-	2.768	-	-	-
Cya Rubber Distribuidora Ltda. ....	3.209	-	-	-	-	-	-	-	-	9.699	-
Paludo Participações S.A. ....	-	-	137.811	-	31.901	-	-	-	-	-	(4.200)
Pessoas físicas ....	-	-	-	-	-	-	20	-	11.969	-	-
Vicencio Paludo, Filhos & Cia. Ltda. ....	175	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3.384</b>	<b>-</b>	<b>137.811</b>	<b>-</b>	<b>31.901</b>	<b>-</b>	<b>120</b>	<b>51.101</b>	<b>11.969</b>	<b>9.699</b>	<b>(5.800)</b>	<b>-</b>

**Termos e condições de transações com partes relacionadas:** a) *Transações comerciais:* As transações com as partes relacionadas Borrachas Vival Nordeste S.A., Vival Indústria de Máquinas, Vivaltec - Pesquisa e Desenvolvimento, Vicencio Paludo, Filhos, Cia. Ltda., Cya Rubber Distribuidora Ltda. e Fate Brasil referem-se a compras e vendas de mercadorias e serviços efetuados a condições estabelecidas entre as partes. Os saldos com as subsidiárias no exterior referem-se a vendas de produtos efetuadas a condições estabelecidas entre as partes e incluem as seguintes subsidiárias: Marangoni Tread North America Inc, Vival Rubber Corporation, Vival Chile S.A., Cauchos Vival, S.A de C.V., Vival Europe GmbH, Vival Europe, S.L., Vival Europe, S.L. - D.o.o., Vival S.A., Vival Colômbia S.A. e Vival Europe Limited. Essas transações são registradas como Contas a receber por vendas e Contas a pagar conforme a sua natureza. b) *Crédito com partes relacionadas:* A controladora Paludo Participações S.A. possuía contratos de mútuos com a Borrachas Vival S.A. no montante de R\$ 114.504 em 31 de dezembro de 2021 com o prazo de 60 meses. Os saldos de mútuos eram sujeitos a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI. Em adição ao contrato de mútuo, a controladora também mantinha transações de conta corrente no montante de R\$ 23.307 em 31 de dezembro de 2021, as quais não estavam sujeitas a encargos financeiros. Em 1º de junho de 2022, conforme comentado na Nota 19.b, foi firmado entre a Borrachas Vival S.A. e a sua controladora Paludo Participações S.A. o Contrato de Compra e Vendas de Ações pelo qual a Companhia adquiriu 98.520 ações de sua própria titularidade pelo valor total de R\$ 174.193. A transação foi utilizada para quitação dos saldos de mútuo, conta corrente e contas a receber pela venda de ativo imobilizado (nota 9.d) com a sua controladora, Paludo Participações S.A. c) *Débitos com partes relacionadas:* O saldo de débitos com partes relacionadas da controladora Borrachas Vival Nordeste S.A. referente ao contrato de mútuo, com vencimento para julho de 2025 e sujeito a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI, foi compensado com a distribuição de dividendos da controladora, conforme descrito na nota explicativa 27. O saldo de débitos com partes relacionadas pessoas físicas refere-se ao mútuo com acionista do grupo, com vencimento para julho de 2024. A partir de 2024, a dívida do acionista está sujeita a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI mais 6% a.a. e o inadimplimento está sujeito a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida, além dos juros de mora e demais despesas. d) *Outras operações:* A Companhia possui um contrato de aluguel com partes relacionadas, pessoas físicas referente ao centro administrativo de Porto Alegre no valor de R\$ 200 ao mês. Este contrato atende a norma de arrendamento mercantil CPC 06 (R2) / IFRS 16 e está registrado no passivo de arrendamento e ativo de direito de uso. O saldo de contas a receber pela venda de ativo imobilizado entre a Companhia e sua controladora Paludo Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021 se referia à alienação de itens do ativo imobilizado da Companhia. No exercício de 2011 a Companhia vendeu para sua controladora, Paludo Participações S.A., imóveis que não vinham sendo utilizados pela Borrachas Vival S.A. em suas atividades operacionais. O preço de venda foi estabelecido com base em avaliação de mercado realizada por empresa de avaliação independente. O contrato não previa data de vencimento, bem como não há incidência de encargos. Conforme comentado na nota 9.b, esse saldo foi quitado no mês de junho de 2022. O saldo de contas a pagar com a controladora Marpal Ltda. refere-se a um contrato de licença de uso de marca, o qual estabelece uma remuneração mensal de R\$ 50 a título de *royalties*. O saldo de R\$ 45.499 de dividendos a pagar na controladora e consolidado se refere R\$ 5.582 a dividendos obrigatórios distribuídos no exercício de 2021, e R\$ 39.917 de dividendos obrigatórios do exercício de 2022. O saldo remanescente de R\$ 28.358 de dividendos a pagar, no consolidado, refere-se à parcela da empresa Alpar Participações Ltda. nos dividendos da controladora Borrachas Vival Nordeste S.A. e) *Avalis prestados:* A Companhia prestou garantias de aval e caução de duplicatas para operações de empréstimos e financiamentos, contratados por partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a composição das garantias prestadas para partes relacionadas está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado	R\$ 995 em 31 de dezembro de 2021. A Companhia não possui remuneração em outras categorias de i) benefícios pós-emprego, ii) benefícios de longo prazo, iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho, e iv) remuneração baseada em ações.
	2022	2021	2022
Borrachas Vival Nordeste S.A. ....	162.875	169.105	-
Paludo Participações S.A. ....	20.702	25.932	-
Total de garantias prestadas	183.577	195.037	-

**Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Os montantes referentes a remuneração e encargos do pessoal-chave da Administração estão representados por dispêndios com benefícios de curto prazo que totalizam, respectivamente, R\$ 5.758 e R\$ 1.214 (R\$ 3.645 e R\$ 995 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia não possui remuneração em outras categorias de i) benefícios pós-emprego, ii) benefícios de longo prazo, iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho, e iv) remuneração baseada em ações.

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros.....	-	-
Total	666.998	1.116.247

**10. Investimentos**

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto ...	666.998	1.116.247
Outros.....	-	-
Total	666.998	1.116.247

**11. Outros créditos:** Em 14 de dezembro de 2018 a Companhia, a Marangoni SP e a Marangoni Tread Latino América Indústria e Comércio de Artefatos de Borracha Ltda. ("MTLA"), empresa em recuperação judicial e controlada por Marangoni SP, assinaram um contrato pelo qual, entre outras avenças, a Companhia abriu um limite de crédito de R\$ 10.000 em favor da MTLA para aquisição de matéria-prima. Este limite vem sendo utilizado integralmente pela referida empresa, quando o montante registrado na rubrica de "contas a receber de clientes". De acordo com o contrato, a Companhia possui uma opção de compra de participação societária tendo como condição precedente o trânsito em julgado da homologação do Plano de Recuperação Judicial. Em conexão com o contrato acima descrito, a Companhia, em 30 de junho de 2021, firmou com o Banco do Brasil S.A., principal credor da MTLA, um termo de cessão de dívida pelo qual o banco cedeu à Companhia os créditos que detinha contra a MTLA, pelo montante de R\$ 29.580, o qual foi registrado contabilmente em "outros créditos". Os créditos têm como garantia de primeiro grau um imóvel da MTLA, que tem avaliação de mercado, preparada por especialistas externos, indicando o valor justo de R\$ 44.530. Em 30 de junho de 2022, a administração mensurou o valor justo do instrumento concluindo que ele se aproxima do contábil e que nenhuma provisão para realização era necessária. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia revisou as premissas e condições econômicas consideradas para mensuração do valor justo do referido instrumento avaliado à data de 30 de junho de 2022, não identificando alterações relevantes que pudessem alterar o seu valor justo. Em 15 de julho de 2022, a Companhia, a Marangoni SP e a MTLA assinaram uma carta contrato de entendimentos sobre o Fechamento do Acordo de Opção de Subscrição que, entre outras avenças, foram definidos os procedimentos aplicáveis para a obtenção da aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). Em 19 de setembro de 2022 a Companhia, em conjunto com a Marangoni SP, distribuiu perante o CADE o Ato de Concentração de nº 08700.007175/2022-86, para análise da operação de aquisição, pela Companhia, de participação no capital social da MTLA. A Companhia vem acompanhando a evolução do processo de recuperação judicial da MTLA, bem como, a sua capacidade de honrar os seus compromissos uma vez implementado o plano de recuperação. Na avaliação da Administração, não há risco de perdas relacionadas aos créditos a receber. A Administração da Companhia permanece em constante acompanhamento junto ao CADE e até a data de divulgação das demonstrações financeiras o órgão mantém em análise o deferimento da aprovação da operação de aquisição da MTLA.

**12. Propriedades para investimento**

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Prédios e benfeitorias	9.440	9.440
	9.440	9.440

**13. Imobilizado:**

	Controladora						Consolidado					
	Terrenos	Edificações	Benefeitorias	Instalações industriais	Máquinas e equipamentos	Outros	Terrenos	Edificações	Benefeitorias	Instalações industriais	Máquinas e equipamentos	Outros
<b>Vida útil em anos (média ponderada)</b>												
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b> ..	17.543	56.839	1.776	2.953	21	15	17.543	56.839	1.776	2.953	21	15
Adições ..	-	-	-	-	90.215	5.743	-	-	-	-	90.215	5.743
Depreciação ..	-	(2.465)	(58)	(306)	(2.753)	(1.673)	-	-	-	-	(2.753)	(1.673)
Baixas ..	-	(69)	(9)	(510)	437	(566)	-	-	-	-	437	(566)
Transferências ..	-	92	-	1.585	4.339	675	-	-	-	-	4.339	675
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b> ..	17.543	54.397	1.709	3.722	87.070	6.176	17.543	54.397	1.709	3.722	87.070	6.176
Adições ..	-	-	-	-	1.807	607	-	-	-	-	1.807	607
Depreciação ..	-	(1.703)	(57)	(355)	(11.611)	(2.002)	-	-	-	-	(11.611)	(2.002)
Baixas ..	-	-	-	(1)	(326)	(1.543)	-	-	-	-	(326)	(1.543)
Transferências ..	-	-	-	108	6.988	863	-	-	-	-	6.988	863
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b> ..	17.543	52.694	1.652	3.474	83.928	4.101	17.543	52.694	1.652	3.474	83.928	4.101

**14. Intangível**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b> ..	2.514	25	2.514	25
Adições ..	240	-	240	-
Amortização ..	(854)	-	(854)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b> ..	1.900	25	1.900	25
Adições ..	(710)	-	(710)	-
Transferência ..	25	(25)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b> ..	1.215	-	1.215	-

**15. Empréstimos e financiamentos:** As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Taxa média ponderada (i)	Indexador	Controladora	Consolidado
	2022	2021	2022	2021
Capital de giro:				
Em moeda nacional	17,25% a.a.	CDI / IPCA / Taxa fixa	485.244	449.135
Em moeda estrangeira	4,63% a.a.	Libor / Taxa fixa	8.015	10.776
Adiant. de contrato de câmbio	7,07% a.a.	Taxa fixa	191.515	129.500
Pré Pagamento de exportação	7,54% a.a.	Libor	221.317	304.006
Finimp	-	-	-	944
Finame	7,08% a.a.	TJLP / Taxa fixa	15.855	360
Financ. de contas a pagar	17,92% a.a.	Taxa fixa	76.130	39.317
Total			998.016	933.988
Circulante ..			527.089	358.719
Não Circulante ..			470.927	575.269

(i) A taxa média ponderada inclui o indexador. Em 31 de dezembro de 2022 encontram-se dados em garantia de empréstimos e financiamentos os seguintes saldos:

	Controladora	Consolidado
Hipotecas e alienação fiduciária de ativos imobilizados...	253.938	454.720
Aplicações financeiras ..	4.919	4.919
Seguros garant. e cartas fianças-	197	197
Investimentos ..	159	159
Total	259.016	462.025

Adicionalmente, 40% das ações do capital do acionista controlador, Paludo Participações, também se encontram dados em garantia às operações de empréstimos e financiamentos. Em 21 de julho de 2016, a Companhia e sua controladora Borrachas Vival Nordeste S.A. concluíram as negociações sobre a parcela de suas dívidas financeiras mantidas com as instituições financeiras abaixo relacionadas, resultando na assinatura do Contrato de Reconhecimento de Obrigações e Outras Avenças celebrado em 21 de julho de 2016, conforme aditado em 21 de outubro de 2016, 13 de janeiro de 2017, 27 de março de 2017, 30 de setembro de 2019 e 24 de fevereiro de 2022 (tal contrato, conforme aditado, o "Contrato Global"), entre, de um lado, Paludo Participações S.A., Borrachas Vival S.A., Borrachas Vival Nordeste S.A. e BR Plásticos Indústria Ltda. e, de outro lado, Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Bradesco S.A. - Grand Cayman Branch, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Grand Cayman Branch, Banco Santander (Brasil) S.A. - Grand Cayman Branch, Banco Santander (Brasil) S.A., Banco BTG Pactual S.A., Banco do Brasil S.A., Banco do Brasil S.A. - London Branch (os "Bancos"). Conforme cláusula do Contrato Global, em caso de evento de iliquidez relacionado, entre outras questões, o aumento de capital ou qualquer outro evento que produza efeito equivalente, a Companhia deverá amortizar os valores devidos a cada credor do contrato global equivalente a 50% (cinquenta por cento) dos recursos líquidos recebidos. Em 25 de março de 2022, a Companhia assinou o quinto aditivo ao Contrato Global de repêrimento de empréstimos, com vigência a partir de 24 de fevereiro 2022, data do referido aditivo. O referido aditivo não alterou taxas e prazos das dívidas relacionadas, sendo

as principais alterações no documento as seguintes: (i) restrição à liquidação de mútuos com partes relacionadas pessoas físicas em data anterior à liquidação dos contratos de empréstimos; (ii) restrição de aquisição de empresas ou aumento de participação acionária existente sem prévia aprovação dos credores e (iii) entrega de relatórios de monitoramento trimestrais com base nos balancetes contábeis. Essas alterações não produziram impactos quanto à perspectiva de atendimento das obrigações do Contrato Global. A Companhia possui contratos de empréstimos que preveem o cumprimento de cláusulas restritivas financeiras e não financeiras ("covenants"). Em 31 de dezembro de 2022, data da última medição anual, a Companhia atendeu todos os compromissos contratuais referentes a tais cláusulas. Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora	Consolidado
2024 ..	422.126	461.922
2025 ..	36.614	64.795
2026 ..	8.250	19.820
2027 ..	3.937	14.708
Acima de 2027 ..	-	4.488
Total	470.927	565.733

A controladora Marangoni Tread North America, Inc. mantém em garantia de empréstimos de capital de giro o Banco Branch Banking & Trust Co (BBT), no montante de R\$ 34.440 em 31 de dezembro de 2022, registrados no "passivo circulante", com a previsão do cumprimento de cláusulas restritivas financeiras ("covenants"), relativamente a dívida líquida versus ativos tangíveis (total do ativo, menos ativos intangíveis) e dívida líquida em relação ao *EBITDA*. Em 23 de fevereiro de 2023, a Companhia assinou um aditivo ao contrato de capital de giro entre a controladora Marangoni Tread North America, Inc e o Banco Branch Banking & Trust Co (BBT), que entre outras questões, suspendeu a medição de determinadas cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de março de 2023. A Companhia avaliou as demais posições contratuais vigentes em conjunto com seus assessores jurídicos e entende que esta alteração contratual não resulta em outros impactos na posição patrimonial e financeira da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2022.

a) **A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:**

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Saldo no início do exercício ..	933.988	880.657
Captações ..	534.979	317.552
Pagamentos de principal ..	(429.210)	(293.981)
Pagamentos de juros ..	(104.452)	(60.431)
Juros incorridos ..	95.787	58.649
Variação cambial ..	(33.076)	31.542
Saldo no final do exercício ..	998.016	933.988

b) **Financiamento de contas a pagar:** A rubrica de Financiamento de contas a pagar refere-se a operações de *confirming* efetuadas pela Companhia com duplicatas emitidas por seus fornecedores. Nessas operações a Companhia define que o fornecedor é requerido a participar do programa. O fornecedor recebe os valores na data de vencimento original dos títulos, e a Companhia se beneficia de prazos de pagamento alongados através de financiamento feito pela instituição financeira credora em contrapartida ao pagamento de juros. Nessa operação o fornecedor não tem nenhuma redução de seus preços. Considerando que há incidência de despesas financeiras para a Companhia e os prazos de pagamento e características das transações com fornecedores são afetados, tais operações são classificadas como empréstimos e financiamento e apresentadas na demonstração do fluxo de caixa com fluxos das atividades de financiamentos. O prazo médio destas operações é de 153 dias e a taxa média de juros é de 1,35% a.m. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os juros incorridos sobre essa operação totalizaram R\$ 6.138 na controladora e R\$ 16.316 no consolidado (R\$ 1.093 na controladora em igual período de 2021 e no consolidado R\$ 2.475).

**16. Obrigações fiscais e sociais**

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (DIFAL)	17.957	26.048
Encargos sociais sobre folha de pagamento ..	4.456	3.993
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ..	47.528	4.808
Contribuição para financiamento da seguridade social ..	190	145
Imposto de renda ..	1.738	2.370
Contribuição social ..	-	287
Imposto sobre produtos industrializados ..	1.917	2.216
Imposto sobre valor agregado ..	-	-
Outros ..	1.109	26
Total ..	74.895	39.893
Circulante ..	39.959	39.893
Não circulante ..	34.936	-

(i) Em novembro de 2022 a Companhia aderiu ao parcelamento da dívida referente ao ICMS do estado de São Paulo. (vide detalhes na nota 17). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía o montante de R\$ 26.048 na Controladora e R\$ 49.071 no Consolidado depositado judicialmente, classificado na rubrica de "outros ativos circulantes", referente a não tributação do ICMS diferencial de alíquota. O montante principal depositado referia-se aos depósitos do Estado de São Paulo, conforme descrito abaixo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2021
Processo 1026271-69.2020.8.26.0053	5.416	10.142
1004807-57.2018.8.26.0053	13.105	25.189
Total ..	18.521	35.331

Em 15 de outubro de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado e aguardava a possibilidade de levantamento dos depósitos, tendo em vista a controvérsia a respeito da aplicação do art. 166 do CTN (exigência de autorização dos clientes para restituir tributos indiretos).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Em 01 de fevereiro de 2022, o Estado de São Paulo concordou com o levantamento dos valores depositados no processo 1004807-57.2018.8.26.0053, em decorrência da solução do mérito do processo 1026271-69.2020.8.26.0053 de forma favorável à Companhia. Em 16 de março de 2022 foi proferida decisão deferindo o levantamento dos valores depositados em favor da Companhia, que reverteu a obrigação fiscal no valor de R\$ 13.105 na Controladora (R\$ 25.189 no Consolidado) e atualização monetária de R\$1.660 na Controladora (R\$ 3.191 no Consolidado). Em 22 de abril de 2022 foi proferida a decisão para expedição da guia e levantamento dos valores depositados no processo 1026271-69.2020.8.26.0053, que reverteu a obrigação fiscal no valor de R\$ 5.416 na Controladora (R\$ 10.142 no Consolidado) e atualização monetária de R\$ 270 na Controladora (R\$ 506 no Consolidado). Em 10 de maio de 2022 a Companhia obteve o trânsito em julgado no processo nº 5010986-86.2018.8.13.0024, impetrado pela Borrachas Vipal S.A. e Borrachas Vipal Nordeste S.A. em face de discutir a cobrança do Diferencial de Alíquota do ICMS (DIFAL) nas operações interestaduais com mercadorias vendidas a consumidores finais não-contribuintes do ICMS localizados no Estado de Minas Gerais no valor de R\$ 11.569. A Companhia aguardava a possibilidade de levantamento dos depósitos, tendo em vista a controvérsia a respeito da aplicação do art. 166 do CTN (exigência de autorização dos clientes para restituir tributos indiretos). Em 22 de agosto de 2022 foi proferida decisão deferindo o levantamento dos valores depositados em favor da Companhia, que reverteu a obrigação fiscal no valor de R\$ 4.769 na Controladora (R\$ 11.569 no Consolidado) e atualização monetária de R\$ 299 na Controladora (R\$ 720 no Consolidado). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o montante de R\$ 24.683 na Controladora e R\$ 43.695 no Consolidado depositado judicialmente, classificado na rubrica de "outros ativos circulantes", referente a não tributação do ICMS diferencial de alíquota.

**17. Provisão para litígios:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que o desembolso financeiro é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. O quadro a seguir demonstra os valores estimados do risco com perda provável, conforme opinião de nossos assessores jurídicos:

	Controladora			Consolidado				
	Cível	Trabalhista	Tributária	Total	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	14	572	-	586	14	1.269	-	1.283
Complementos e atualizações	12	127	-	139	12	230	-	242
(-) Reversões	(4)	(49)	-	(53)	(4)	(53)	-	(57)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	22	650	-	672	22	1.446	-	1.468
Complementos e atualizações	-	154	45.236	45.390	-	525	45.240	45.765
(-) Reversões	(1)	(204)	(45.200)	(45.405)	-	(627)	(45.201)	(45,868)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	21	600	36	657	22	1.304	39	1.365
Não Circulante	21	600	36	657	22	1.304	39	1.365

Em 30 de junho de 2022 a Companhia protocolou requerimento de transação junto a Procuradoria do Estado de São Paulo ("PGE"), em vista das reduções propostas pela Lei nº 17.293, de 15/10/2020, da Resolução PGE nº 27, de 19/11/2020 e da Portaria SUBG CTF nº 20, de 4/12/2020, encaminhando a extinção do débito pela utilização de precatórios alimentares para compensação de ICMS devido ao Estado de São Paulo, de forma parcelada. O processo encontrava-se sobrestado aguardando julgamento do tema 111 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que discutiu a possibilidade, ou não, de compensação de débitos tributários com precatórios de natureza alimentar. O requerimento de transação foi deferido pela PGE em novembro de 2022 aderindo a liquidação da dívida em 60 parcelas mensais e corrigidas mensalmente pela taxa SELIC. Os valores apurados conforme o deferimento da transação pela PGE estão constituídos em R\$ 28.153 de principal, registrado na rubrica de outras receitas (despesas) líquidas e atualização monetária de R\$ 22.605, registrada na rubrica de juros passivos nas despesas financeiras. De acordo com o calendário de parcelamento o primeiro pagamento foi realizado pela Companhia em dezembro de 2022 no montante de R\$ 744. Em função do deferimento, a provisão para litígios reconhecida anteriormente relacionada a este tema foi reclassificada para a rubrica de "obrigações fiscais e sociais". O quadro a seguir demonstra os valores estimados de perda possível, conforme opinião de nossos assessores jurídicos, para os quais, portanto não foram constituídas provisões para litígios.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Trabalhista	-	-	-	50
Tributária	236.017	92.291	502.614	304.840
Cível	13.046	16.189	36.339	21.567
	249.063	108.480	538.953	326.457

**Trabalhista** - diversas reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. **Cíveis** - A Companhia e suas controladas figuram como ré em causas cíveis objetivando a revisão de contratos, indenizações por danos materiais e morais, dentre outros. **Tributárias** - A Companhia e sua controlada, Borrachas Vipal Nordeste S.A., figuram como ré em causas tributárias, cuja probabilidade de perda apontada pelos assessores jurídicos é possível, para as quais, portanto não foram constituídas provisões para litígios. Os principais processos se referem a: (i) Em 2022 a Companhia recebeu Despacho Decisório de glosa de créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo das referidas contribuições, direito reconhecido em decisão judicial transitada em julgado, objeto de pedido de habilitação e compensação. O Despacho Decisório limitou a decisão judicial no momento que reconheceu parcialmente o crédito pleiteado, sob o argumento de que somente poderiam ser objeto de ressarcimento os valores indevidamente pagos via DARF ou por meio de compensações já homologadas, não incluindo os valores compensados na escrita fiscal. Considerando que o crédito reconhecido foi insuficiente para homologar a totalidade das compensações vinculadas, restou em aberto o débito no valor total de R\$ 118.991 sendo R\$ 85.912 de principal, R\$ 17.182 de multa e R\$ 15.896 de juros. Apresentada Manifestação de Inconformidade, a qual aguarda julgamento. (ii) Glosa de créditos de ICMS referente a operações *intercompany* originárias de Estado incentivado, processo aguardando julgamento 1ª instância judicial após apresentação de alegações finais. O montante envolvido na demanda é de R\$ 97.213. (iii) Adjucação de crédito presumido de IPI relacionados ao artigo 11-A da Lei 9.440/1997, processos que aguardam julgamento no CARF no montante de R\$ 182.019. (iv) Créditos extemporâneos de PIS/COFINS, apurados sobre os exercícios de 2006 a 2010, relativos à aquisição de bens móveis e imóveis relacionados a sua operação. Ofertada garantia de apólice de seguro para garantir/caucionar previamente o crédito tributário em discussão. A Companhia postula a anulação integral do auto de infração objeto do processo administrativo nº 10530.724/2021-20. A União Federal ajuizou a execução fiscal que tramita sob o nº 1033394-2022.4.013.300. O tema em debate totaliza o valor de R\$ 47.078.

**18. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento:** Movimentação do ativo de arrendamento: **Controladora Consolidado**  
**Saldo em 31 de dezembro de 2020** ..... 6.571 7.507  
 Novos contratos ..... 18.072 25.110  
 (+/-) Remensuração de contratos ..... 5.184 4.035  
 (-) Depreciação ..... (4.536) (5.303)  
 (-) Crédito PIS/COFINS ..... (349) (457)  
**Saldo em 31 de dezembro de 2021** ..... 24.942 30.892  
 Novos contratos ..... - 1.053  
 (+/-) Remensuração de contratos ..... 2.192 7.530  
 (-) Depreciação ..... (6.165) (8.800)  
 (-) Crédito PIS/COFINS ..... (499) (675)  
 Variação cambial ..... 2.477 7.271  
**Saldo em 31 de dezembro de 2022** ..... 20.470 29.843

Movimentação do passivo de arrendamento: **Controladora Consolidado**  
**Saldo em 31 de dezembro de 2020** ..... 7.141 8.155  
 Novos contratos ..... 18.072 25.110  
 (+/-) Remensuração de contratos ..... 5.184 4.035  
 (-) Juros do contrato ..... 1.593 1.757  
 (-) Pagamentos realizados ..... (6.002) (6.957)  
**Saldo em 31 de dezembro de 2021** ..... 25.988 32.100  
 Novos contratos ..... - 1.053  
 (+/-) Remensuração de contratos ..... 2.192 7.530  
 (-) Juros do contrato ..... 1.433 1.972  
 (-) Pagamentos realizados ..... (7.846) (10.974)  
 Variação cambial ..... - (174)  
**Saldo em 31 de dezembro de 2022** ..... 21.767 31.507

Passivo circulante ..... 7.211 10.727  
 Passivo não circulante ..... 14.556 20.780

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos: **Controladora Consolidado**  
 2024 ..... 7.606 10.451  
 2025 ..... 4.772 7.271  
 2026 ..... 1.906 2.695  
 Acima de 2026 ..... 272 363  
**14.556 20.780**

Os direitos de uso são amortizados durante o prazo de vigência do contrato de locação e consideram a expectativa de renovação, quando a Administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos. **Informações adicionais:** Para a mensuração do passivo de arrendamento a Companhia preparou um fluxo real de pagamentos e adotou uma taxa de juros nominal para desconto (taxa de juros incremental), como preconizado pelo CPC 06 (R2) (IFRS 16). Para fins de divulgação, conforme Ofício Circular da CVM 01/2020, mensuramos o valor do passivo de arrendamento utilizando fluxo nominal x taxa nominal. A diferença apurada entre a forma de cálculo para contabilização conforme o CPC 06 (R2) (fluxo real x taxa nominal) e a forma requerida pela CVM para divulgação (fluxo nominal x taxa nominal) foi de 5%, considerada pela Companhia imaterial. A taxa incremental adotada foi de 5% a.a. para o aluguel de empilhadeiras, 10,5% a.a. para o aluguel de imóvel e 4,1% a.a. para a frota de veículos. Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 (R2) a Companhia entendeu que o valor utilizado para a mensuração do passivo de arrendamento deveria ser bruto de impostos (PIS e COFINS). A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embuído na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, sendo apresentados os saldos não descontados e saldos descontados a valor presente, para fins consolidados.

	Nominal		valor presente	
	2022	2021	2022	2021
Contraprestação do arrendamento	34.457	31.507	2.560	2.350
PIS/COFINS (9,25%)	2.560	2.350	-	-

A Companhia não aplicou para as demonstrações financeiras o expediente prático previsto na Deliberação CVM 859 aprovada pela CVM (comissão de valores mobiliários) em 07 de julho de 2020, uma vez que não teve ajustes de termos ou valores por conta da crise causada pela Pandemia do Covid-19.

**22. Custos e despesas por natureza:** A Companhia apresenta a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Despesas por função</b>				
Custo dos prod. vendidos	(1.349.860)	(1.028.876)	(1.931.050)	(1.589.067)
Despesas com vendas	(151.185)	(103.115)	(276.124)	(203.368)
Despesas adm. e gerais	(125.119)	(114.521)	(207.529)	(183.399)
Outras receitas (despesas), líquidas	1.902	5.334	15.002	3.993
	(1.624.262)	(1.241.178)	(2.399.701)	(1.971.841)

**Despesas por natureza**  
 Matéria prima e materiais de uso e consumo ..... (1.218.073) (917.382) (1.671.758) (1.379.930)  
 Despesas com pessoal ..... (174.865) (157.157) (311.319) (268.917)  
 Frete ..... (85.276) (48.706) (147.472) (89.187)  
**Deprec. e amortização** ..... (27.980) (26.183) (53.057) (48.744)  
 Deprec. e amortização ..... (16.438) (16.030) (38.880) (37.824)  
 Amortização de imobilizado ..... (11.542) (10.153) (24.177) (20.920)  
 valia de ativos ..... (5.377) (5.617) (5.377) (5.617)  
 Depreciação de ativos de direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16) ..... (6.165) (4.536) (8.800) (5.303)  
 Energia elétrica ..... (18.012) (16.338) (38.197) (33.927)  
 Consultoria e assessoria ..... (17.495) (15.590) (30.047) (21.493)  
 Bonific. em produtos ..... (3.597) (2.232) (29.827) (21.563)  
 Perda de crédito esperadas s/contas a rec. de clientes ..... (1.047) 2.445 (408) (2.040)  
 Reversão de obrig. (Nota 16) ..... 23.290 ..... 46.900 ..... (106.040)  
 Outras desp. oper. líquidas ..... (101.207) (60.035) (164.516) (106.040)  
**(1.624.262) (1.241.178) (2.399.701) (1.971.841)**

**23. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>				
Variação cambial ativa	230.331	161.147	258.639	224.702
Juros recebidos de clientes	8.274	7.903	13.277	9.884
Rendimentos em aplic. financ.	8.132	2.853	18.457	9.027
Ajuste de hiperinflação de controladora	-	-	2.522	-
Reversão de avais de terceiros	176	664	176	664
Descontos recebidos	746	89	757	97
Outras receitas financeiras	5.791	679	11.171	3.626
	253.450	173.335	304.999	248.000

**Despesas financeiras**  
 Variação cambial passiva ..... (216.199) (180.531) (283.016) (237.420)  
 Juros sobre financiamentos ..... (92.878) (58.649) (109.318) (75.640)  
 Juros passivos ..... (54.597) (25.663) (40.692) (13.101)  
 Despesas bancárias ..... (1.954) (2.300) (3.920) (4.792)  
 Descontos concedidos ..... (41) (7.730) (2.608) (10.341)  
 Ajustes de hiperinflação de controladora ..... (299) (17) (299) (15.165)  
 Impostos s/ oper. financeiras ..... (194) 108 (1.071) (1.044)  
 Outras despesas financeiras ..... (366.162) (274.782) (442.334) (358.466)  
**(112.712) (101.447) (137.335) (110.466)**

**25. Informações por segmento:** Os segmentos são determinados de acordo com o mercado de atuação, a natureza dos produtos vendidos e perfil do cliente atendido. Não há cliente que, individualmente, represente 10% ou mais do total das receitas do Consolidado. Os segmentos reportáveis da Companhia são: **Reforma a frio** - Esse segmento é responsável por industrializar e comercializar bandas de rodagem para reformas de pneus, bem como outros produtos como protetores de recapagem, pastas químicas para montagem e desmontagem de pneus, colas, entre outros produtos utilizados no processo de reforma. A reforma a frio é aquela onde a banda de rodagem já tem o desenho exterior definido, assim a banda pronta é aplicada ao pneu pelos reformadores. Os produtos de reforma são destinados a veículos de carga, passeio, do segmento do agronegócio e, também, pneus para veículos fora da estrada (off the road, ou "OTR"). Os produtos são em sua grande maioria vendidos a empresas de reformas de pneus ("reformadores") e transportadoras com estruturas próprias de reforma. Nesse segmento também são vendidas bandas produzidas no sistema Ringtread, que se caracteriza pela produção da banda de rodagem sem emendas. **Reforma a quente ou "Camelback"** - Esse segmento compreende as unidades que comercializam produtos utilizados no processo de reforma, atendendo os mesmos perfis de clientes que os de reforma a frio. O que diferencia o produto comercializado nesse segmento é o método utilizado pelos reformadores. No processo de reforma a quente as bandas de borracha são lisas, sem sulcos pré-definidos. Durante o processo de reforma a quente o desenho da banda é criado pelos próprios reformadores no pneu em prensas mecânicas de vulcanização. **Compostos para terceiros** - Matéria-prima para reforma de pneu vendido para demais fabricantes de bandas e de pneus. **Doas Rodas (pneu para motocicleta)** - Responsável pela industrialização de pneus para motocicletas. A Companhia também fabrica e vende pneus para moto. Os produtos são comercializados com a marca Vipal e destinados a veículos de até 600cc. A venda dos produtos é realizada através de distribuidoras. **Outros** - Incluem os segmentos de (i) Reparo de pneus (produtos destinados a reparos de pneus e câmaras, tais como telas, remendos e manchões, entre outros, tendo como principais clientes as borracharias, lojas de concerto de bicicletas e oficinas mecânicas); (ii) Máquinas (fabricação de máquinas para reforma de pneus, cujo os clientes são primordialmente os reformadores); (iii) Produtos para indústria (produtos para aplicação por indústrias, compreendem colas e outros produtos para adesão de borrachas usualmente empregados em máquinas de diversos setores).

	Reforma a Frio <sup>2</sup>		Camelbacks <sup>2</sup>		Compostos p/ 3 <sup>as</sup> 4		Doas Rodas <sup>5</sup>		Outros		2022
	interno	externo	interno	externo	interno	externo	interno	externo	interno	externo	
	Receita operac. líquida	812.409	673.576	435.798	76.466	111.205	15.202	251.398	2.821	245.936	
Custo prod. vendidos	(573.730)	(421.565)	(380.339)	(61.046)	(92.587)	(5.682)	(174.654)	(1.665)	(157.875)	(61.907)	(1.931.050)
Custo bruto	238.679	252.011	55.459	15.420	18.188	9.520	76.744	1.156	88.061	53.992	809.660
Receitas (desp.) operac.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(468.651)
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(137.335)
Resultado sobre o lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.202)
Imposto sobre o lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	178.472
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	202.651

	Reforma a Frio <sup>1</sup>		Camelbacks <sup>2</sup>		Compostos p/ 3 <sup>as</sup> 3		Doas Rodas <sup>4</sup>		Outros		2021
	interno	externo	interno	externo	interno	externo	interno	externo	interno	externo	
	Receita oper. líquida	704.207	533.115	352.784	76.386	65.895	15.447	192.028	3.148	216.764	
Custo prod. vendidos	(492.049)	(312.615)	(319.320)	(54.205)	(54.620)	(5.968)	(147.107)	(1.531)	(141.736)	(59.916)	(1.589.067)
Custo bruto	212.158	220.500	33.464	22.181	11.275	9.479	44.921	1.617	75.028	61.296	691.919
Receitas (desp.) operac.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(382.084)
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(110.466)
Resultado sobre o lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.282
Imposto sobre o lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	202.651

- Bandas pré-moldadas para o processo de reforma a frio, no qual a banda é aplicada na carga dos pneus pelos reformadores.
- Bandas lisas para o processo de reforma a quente no qual a banda é aplicada na carga dos pneus pelos reformadores em uma prensa para vulcanização.
- Composto de borrachas para aplicações diversas.
- Pneu para moto: Linha Street, Trail e Cross.

A Companhia não divulga o valor total dos ativos e passivos por segmento, uma vez que essa informação não é preparada e apresentada regularmente ao principal gestor das operações. Isso ocorre, pois, a maioria dos ativos é utilizada de forma compartilhada na produção dos diversos segmentos.

Também não divulgaremos informações sobre despesas com vendas, administrativas ou financeiras por segmento, uma vez que os recursos de pessoal e os financeiros são usados de forma corporativa e não há informações disponíveis por segmento.

**Informações por área geográfica:**

	2022		2021	
	Brasil	1.856.746	1.531.678	1.531.678
<b>Mercado Interno</b>				
América do Sul	334.912	275.908		
América do Norte	359.912	292.891		
Europa	106.711	103.791		
Ásia Central	25.302	24.541		
Ásia	22.871	21.688		
Oceania	21.219	19.861		
África	13.037	10.628		
	883.964	749.308		
	2.740.710	2.280.986		

A Companhia possui exposição a riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir, para fins consolidados.

	Ativos	Classificação por categoria	Hierarquia valor justo	Valor contábil		Valor justo	
				2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	215.857	246.850	215.857	246.850
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	5.312	2.044	5.312	2.044
Contas a receber de clientes		Custo amortizado		491.016	444.750	491.016	444.750
Contas a receber de relacionadas		Custo amortizado		2.315	35.285	2.315	35.285
Créditos com partes relacionadas		Custo amortizado</					

